

## **22- BANCO CENTRAL**

- Promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
  - Geração de emprego e renda;
  - Redução das desigualdades sociais e regionais;
  - Fomento ao crédito para pequenas e médias empresas.

### **Resumo: Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 22/2026 – Banco**

#### **Central Objetivo Geral**

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tem como objetivo reintegrar o Banco Central (BC) à estrutura do Poder Executivo, redefinir seus objetivos e criar um mecanismo de controle popular sobre a transferência de ativos nacionais.

#### **Principais Mudanças Propostas**

##### **1. Fim da Autonomia do Banco Central**

O BC deixa de ser uma autarquia independente e volta a ser uma autarquia integrante do Poder Executivo. O Presidente da República passa a ter a competência privativa de definir a política monetária e as diretrizes para o funcionamento do BC.

##### **2. Nova Missão e Objetivos para o BC**

Além de garantir a estabilidade de preços (controle da inflação), o BC terá de perseguir explicitamente outros objetivos:

- Promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
- Geração de emprego e renda;
- Redução das desigualdades sociais e regionais;
- Fomento ao crédito para pequenas e médias empresas.

##### **3. Controle Popular sobre Transferência de Ativos**

Fica proibida a transferência de recursos, ativos ou garantias do BC ou do Tesouro Nacional para governos ou instituições estrangeiras sem a realização de um plebiscito popular, aprovado pela maioria simples dos votos.

#### **4. Extinção dos Mandatos Atuais**

Os atuais diretores e o presidente do BC terão seus mandatos extintos imediatamente após a promulgação da PEC. O Presidente da República terá 30 dias para nomear novos dirigentes.

#### **5. Revogação da Emenda Anterior**

A Emenda Constitucional nº 117/2024 (que concedeu autonomia ao BC) seria revogada.

#### **Conclusão**

A PEC transforma o Banco Central em um instrumento de política econômica voltado para o desenvolvimento social, subordinando as decisões técnicas a finalidades sociais mais amplas e instituindo um mecanismo inédito de soberania popular sobre o patrimônio nacional. O texto é considerado pronto para ser submetido ao Congresso Nacional.